

**A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Governo Local
Português: o contexto específico dos Municípios de Soure e Covilhã.**

The adoption of the Sustainable Development Goals in Portuguese Local Government:
the specific context of the Municipalities of Soure and Covilhã.

Júlio Costa¹

Rita Silva²

Fátima Conde³

Miguel Lira⁴

Resumo

Objetivo: No caminho da sustentabilidade, os municípios ocupam uma posição privilegiada para influenciar a mudança de mentalidades, dada a sua proximidade com as comunidades. O propósito deste estudo é reforçar a importância da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a nível local, efetuando uma análise comparativa das atividades sustentáveis realizadas nos municípios da Covilhã e de Soure.. É importante notar que Covilhã está localizada no interior do país, enquanto Soure está situada no litoral.

Metodologia: O estudo seguiu uma abordagem eminentemente qualitativa, que consistiu na realização de uma análise documental, e de entrevistas semi-estruturadas que seguiram um guião elaborado, com base nos ODS, e na revisão de literatura.

Resultados: O primeiro resultado a realçar é que os ODS estão a ser integrados nas estratégias de sustentabilidade das autarquias locais analisadas. Verificámos que o ODS 1 - Erradicar a pobreza, o ODS 4 - Educação de Qualidade e o ODS 6 - Água potável e saneamento são aqueles que apresentam maior grau de implementação nos dois municípios. Por outro lado, os esforços relacionados ao ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico, ao ODS 9 - Indústria, inovação e infraestruturas e ao ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis ainda estão numa fase inicial.

Originalidade: Pese embora vários municípios já terem implementado diversas iniciativas alinhadas com a Agenda 2030, a divulgação acerca desta temática continua limitada. Pretendemos, assim, com este trabalho contribuir para colmatar esta lacuna, ao divulgarmos os ODS já implementados nos municípios da Covilhã e de Soure.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável; Governo Local; Sector Público; Portugal; ODS

¹ Polytechnic Institute of Coimbra, Coimbra Business School | ISCAC, Coimbra, Portugal; NECE-UBI, Research Centre for Business Sciences, Portugal (jmcosta@iscac.pt).

² Lisbon Accounting & Business School - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa - Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal (risilva@iscal.ipl.pt).

³ Polytechnic Institute of Coimbra, Coimbra Business School | ISCAC, Coimbra, Portugal; CEOS.PP, ISCAP, Polytechnic of Porto, Portugal (fconde@iscac.pt).

⁴ Polytechnic Institute of Coimbra, Coimbra Business School | ISCAC, Coimbra, Portugal; CEOS.PP, ISCAP, Polytechnic of Porto, Portugal (mlira@iscac.pt).

Abstract

Purpose: On the road to sustainability, municipalities are in a privileged position to influence changes in mentality, given their proximity to communities. The purpose of this study is to reinforce the importance of implementing the Sustainable Development Goals (SDGs) at a local level by carrying out a comparative analysis of the sustainable activities carried out in the municipalities of Covilhã and Soure. It is important to note that Covilhã is located in the interior of the country, while Soure is on the coast.

Methodology: The study followed an eminently qualitative approach, consisting of document analysis and semi-structured interviews that followed a script based on the SDGs and the literature review.

Findings: The first result to highlight is that the SDGs are being integrated into the sustainability strategies of the local authorities analyzed. We found that SDG 1 - Eradicate poverty, SDG 4 - Quality education and SDG 6 - Drinking water and sanitation are those with the highest degree of implementation in the two municipalities. On the other hand, efforts related to SDG 8 - Decent work and economic growth, SDG 9 - Industry, innovation and infrastructure and SDG 12 - Sustainable production and consumption are still at an early stage.

Originality: Although several municipalities have already implemented a number of initiatives in line with the 2030 Agenda, dissemination on this subject remains limited. With this work, we intend to help fill this gap by publicizing the SDGs already implemented in the municipalities of Covilhã and Soure.

Keywords: Sustainable Development; Local Government; Public Sector; Portugal; SDGs.

Received on: 2024.02.10

Approved on: 2024.03.18

Evaluated by a double blind review system

Introdução

O conhecimento das metas dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e as suas interligações é crucial para alcançar os ODS nacionais e locais, uma vez que as políticas devem ser concebidas e implementadas ao nível das metas e não ao nível dos objetivos macro (Song & Jang, 2023).

De acordo com Gasparato et al., (2017), nos últimos tempos emerge um sentimento relativo à necessidade de adotar novas políticas urgentes para melhorar a proteção ambiental e a gestão de recursos para garantir a sustentabilidade e estabilidade dos sistemas globais. Reforçando esta ideia, Boguszewski et al. (2023) assinala que o desenvolvimento sustentável é uma das definições mais citadas na literatura.

É amplamente reconhecido que as pessoas exercem influência significativa no consumo de recursos naturais, na poluição ambiental, na saúde e em diversos outros aspetos, através de suas atividades diárias, comportamentos e hábitos (Boguszewski et al., 2023). Assim, torna-se imperativo promover uma mudança de hábitos.

Neste contexto, o papel desempenhado pelos municípios assume uma importância fundamental (Cohen et al, 2023). Mais de 65% dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) têm uma ligação direta com a participação das comunidades locais (Guarini et al., 2022). São as instituições municipais, por estarem mais próximas das comunidades, que se encontram em posição privilegiada para promover a mudança de mentalidades necessária para garantir um futuro seguro, justo e sustentável (Silva et al., 2022).

De acordo com Ningrum et al. (2023), os municípios em todo o mundo têm-se mobilizado na promoção dos ODS ao nível local, implementando diversas ações para consolidar esforços em prol da sustentabilidade. No entanto, Boguszewski et al. (2023) e Llanos et al. (2022) observam a ausência de estudos que divulguem as práticas efetivamente adotadas pelos governos locais.

O objetivo do nosso estudo é contribuir para preencher esse vazio, analisando comparativamente a implementação dos ODS pelos municípios da Covilhã e de Soure. Para tal, recorreu-se a uma abordagem metodológica eminentemente qualitativa, que consistiu na realização de uma análise documental e de entrevistas semi-estruturadas a diversos responsáveis municipais.

Após esta introdução é apresentado um enquadramento teórico sobre a temática, seguida das opções metodológicas desta investigação. Após a discussão dos resultados serão expostas as principais conclusões deste estudo.

1. Revisão de Literatura

A articulação dos 17 ODS das Nações Unidas traçou um projeto para um futuro sustentável que aborda uma variedade de desafios que a humanidade enfrenta, incluindo a pobreza e a fome, a desigualdade social, a paz e a justiça, as alterações climáticas e o crescimento económico (Stoddart et al., 2023).

Stafford-Smith et al. (2017, p. 911) mencionam que após a fixação da Agenda 2030 e dos ODS, o compromisso agora é com a implementação desses objetivos, de forma que estes sejam alcançados. Os mesmos autores referem que “[a]cross the goals, 42 targets focus on means of implementation, and the final goal, Goal 17, is entirely devoted to means of implementation”. Porém, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, “these implementation targets are largely silent about interlinkages and interdependencies among goals. This leaves open the possibility of perverse outcomes and unrealised synergies”.

Uma forma de evitar estes efeitos perniciosos, é o desejável “envolvimento de todas as escalas geográficas de decisão e ação e a sua articulação, em função de cada objetivo e, mais especificamente, de cada meta a alcançar” (Madeira et al., 2022, pp. 183-184), na medida em que o desenvolvimento sustentável é uma característica fundamental das estratégias de desenvolvimento nacionais, da União Europeia e globais (Medeiros et al., 2022), embora sobressaindo a responsabilidade partilhada pelos vários atores a nível nacional, regional e local (Ferreira, 2020). Fenton e Gustafsson (2017, p. 129) resumem esta questão na seguinte frase: “[t]he implementation of the SDGs requires multi-level governance to stimulate action across many levels, scales and sectors”. Em suma, a Agenda 2030 das Nações Unidas convoca todos os atores da sociedade a apoiar a sua concretização (Avelar et al., 2023), ou seja, todos os atores da sociedade têm efetivamente de se mobilizar para a implementação e cumprimento dos ODS, caso contrário a Agenda 2030 resultará num estrondoso fracasso (Stafford-Smith et al., 2017).

A Agenda 2030 aponta os níveis subnacionais como importantes para a realização dos ODS, afirmando que “os quadros regionais e sub-regionais podem facilitar a tradução

eficaz das políticas de desenvolvimento sustentável em ações concretas a nível nacional” (United Nations, 2015, p. 7).

Sendo as autarquias locais o nível mais próximo dos cidadãos, devem contribuir significativamente para a realização dos ODS, mobilizando os seus recursos e envolvendo as diferentes partes interessadas (Bisogno et al., 2023; Cohen et al., 2023; Mortimer et al., 2023; Reinar & Lundberg, 2023; Rieiro-García et al., 2023). Isto deve-se à capacidade do governo local de moldar políticas e regulamentos para serem compatíveis com o desenvolvimento sustentável e criar os incentivos apropriados (Boguszewski et al., 2023). A este propósito, Annan-Aggrey et al. (2022, p. 219) referem que “the local government level is increasingly being recognized as the key locus of development effort, particularly because the SDGs are relevant to local jurisdictions and change can be tangibly measured at smaller scales”. Slack (2014, p. 174) não destoa do argumento anterior: os governos locais são parceiros essenciais na implementação dos ODS, pois não só muitos dos principais serviços essenciais para a concretização dos ODS são proporcionados a um nível local, como também estas instituições públicas se encontram na melhor posição para garantir que as necessidades da população local sejam compreendidas e atendidas, dada a sua proximidade aos cidadãos.

Na mesma linha de pensamento, Silva et al. (2022, p. 432) defendem que o “Desenvolvimento Sustentável Local é um passo imprescindível para se atingir o Desenvolvimento Sustentável Global”, além de frisarem que, no contexto atual, o principal objetivo de um Município não é ser economicamente eficiente, mas sim o de promover o bem-estar da sociedade.

Nerland et al. (2023) e Guarini et al. (2022) também partilham desta opinião, já que consideram que os governos locais desempenham um papel vital na execução da Agenda 2030, ao proporcionarem as bases das transformações sociais necessárias a esta agenda, além de fornecerem os serviços dos quais dependem cerca de dois terços dos ODS.

Por outro lado, as autarquias locais são cruciais para uma gestão eficiente dos fundos europeus dedicados à transformação ambiental e à coesão social. Além disso, conforme o defendido por Boguszewski et al. (2023), o seu papel neste domínio será mantido ou mesmo reforçado. Todas estas circunstâncias tornam as autarquias locais pelo menos tão importantes como os estados e as organizações internacionais quando enfrentam desafios globais associados ao desenvolvimento sustentável.

No entanto, as autarquias locais precisam de tempo para se adaptarem às pressões institucionais decorrentes das diferentes normas, regras e valores, como os ODS (Andrades et al., 2023). Além disso, uma literatura crescente sobre a localização ODS das Nações Unidas reflete, segundo Reuter (2023), tensões persistentes entre uma agenda de sustentabilidade global genérica e os desafios que os intervenientes locais enfrentam na implementação destes objetivos em condições muito específicas.

No contexto português, os desafios e dificuldades sentidos pelos municípios portugueses são, em larga medida, comuns aos municípios de outros países europeus, como por exemplo: falta de prioridade política atribuída à Agenda 2030; ou a insuficiente capacidade técnica para a sua implementação, por escassez de recursos humanos ou por falta de formação. No entanto, é notório o aumento do conhecimento sobre a Agenda 2030 e o esforço para comunicar que os municípios também contribuem para os ODS (Ferreira, 2020).

Um relatório publicado recentemente sobre a realidade portuguesa e elaborado a partir dos dados disponíveis na Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Plataforma ODSlocal), a 31 de dezembro de 2022, mapeou 790 iniciativas implementadas pelos municípios (Boas Práticas) e 699 iniciativas desenvolvidas por outros promotores locais (Projetos) com contributos para os ODS (Avelar et al., 2023).

A partir de Avelar et al. (2023), saliente-se que os resultados evidenciam que o conjunto das iniciativas mapeadas têm contributos significativos para todos os ODS, destacando-se:

- os ODS 11-Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 10-Reduzir as desigualdades e ODS 17-Parcerias para o desenvolvimento sustentável destacam-se como resultado, em particular, das Boas Práticas municipais;
- o ODS 4-Educação de qualidade e o ODS 3-Saúde de qualidade, sobretudo devido aos contributos dos Projetos.

Similarmente, verificou-se “uma forte interligação entre os ODS impactados por uma mesma boa prática municipal ou projeto local, observando-se, em geral, benefícios recíprocos entre a maioria dos ODS e compromissos (trade-offs) entre alguns deles” (Avelar et al., 2023, p. 1).

A institucionalização do relato de sustentabilidade num determinado ambiente organizacional é um processo dinâmico que compreende várias etapas (Contrafatto,

2014). Conforme o já alertado por Cohen et al. (2023), as informações necessárias para avaliar a implementação dos ODS, muitas vezes, não estão disponíveis pelo que procedemos à realização de estudo de caso com estas duas autarquias locais. Esta prática, consistente com a literatura existente (Guerrero-Gómez et al., 2021; Manes-Rossi et al., 2020), propalamos o papel fundamental da informação não financeira para garantir a avaliação e a responsabilização pelas políticas e ações relacionadas com os ODS.

2. Metodologia

O estudo seguiu uma abordagem eminentemente qualitativa, que consistiu na realização de uma análise documental e de entrevistas semi-estruturadas, com vista a efetuar a caracterização das entidades no que diz respeito à implementação dos ODS.

Para a realização das entrevistas semi-estruturadas foi utilizado um guião de entrevista (Tabela 1), construído com base nas ODS e na revisão de literatura. Estas foram efetuadas ao Chefe de Gabinete do Presidente, no caso do município de Soure, e, no caso do município da Covilhã aos seguintes elementos: ao Presidente (entrevistado 1); ao Vereador (Ordenamento do Território, Ambiente, Desenvolvimento Rural, Gabinete Técnico Florestal e áreas protegidas, Urbanismo) (entrevistado 2), ao Diretor de Departamento de Finanças e Modernização Administrativa (entrevistado 3), à Chefe de Divisão de Ação Social e Saúde (entrevistado 4), Chefe de Divisão de Educação e Juventude (entrevistado 5) e ao Diretor de Departamento de Obras e Planeamento (entrevistado 6).

Tabela 1 - Comparação entre as medidas implementadas pelo município da Covilhã e o município de Soure no âmbito dos ODS

ODS	QUESTÕES
1. Erradicar a pobreza	Quais as Políticas Habitacionais? Acesso e qualidade das habitações (habitação social, requalificação do parque habitacional e dos bairros, eficiência energética das habitações e tarifas sociais, subsídios de renda, acessibilidade para pessoas com deficiência, abrigos para acomodar pessoas em necessidade, etc.)
	Quais as Políticas sociais locais? (alargamento de apoios sociais, extensão de beneficiários de prestações sociais, medidas dirigidas aos grupos mais vulneráveis e em risco de exclusão social, apoio às famílias.)

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Governo Local Português: o contexto específico dos Municípios de Soure e Covilhã

ODS	QUESTÕES
	Quais as Iniciativas de combate à pobreza na velhice? (apoio ao acesso à saúde, rede local de cuidados ao domicílio, centros de dia/lares, apoios específicos, etc.)
	Quais os Incentivos ao emprego /às empresas? (formação e requalificação de mão-de-obra, etc.)
2. Erradicar a fome	Existem medidas de incentivo à ligação entre produtores locais e consumidores? (preço/qualidade/qualidade nutricional) (incluindo apoio a mercados locais, integração dos produtos locais nas escolas e serviços/instituições municipais, agricultura sustentável, etc.)
	Existe apoio alimentar para as pessoas em situação de maior vulnerabilidade económica e social?
	Existem Programas de hortas urbanas e biológicas, Banco de terras, Banco de sementes, etc.?
3. Saúde de qualidade (Bem-estar a todos os níveis)	São promovidas medidas de saúde nas várias políticas setoriais? (ambiente, desporto, educação, mobilidade, etc.)
	São promovidas medidas de prevenção de saúde? Ou seja, no sentido de atingir uma comunidade saudável apoiando também organizações locais
	Existem cuidados específicos para os mais vulneráveis, como a população idosa? (combate ao isolamento, voluntariado de saúde, apoio domiciliário, apoio de transporte para cuidados médicos, apoio para medicamentos, cuidados continuados, etc.)
	Existem Rastreios e campanhas de prevenção? (por exemplo, álcool, drogas, tabaco, etc. nas escolas e outras instituições).
4. Educação de qualidade	São promovidas medidas para melhorar a rede pública tanto ao nível dos equipamentos escolares como ao nível dos acessos, segurança nas zonas das escolas?
	Existem apoios sociais e ação escolar, bolsas, transporte escolar, apoio psicológico, medidas de combate à exclusão social? Existem medidas de ligação das escolas ao mercado de trabalho?
	São promovidos programas de formação e aprendizagem ao longo da vida, incentivos à continuação dos estudos, etc.? (incluindo nos funcionários do município, educação ambiental, por exemplo)?
5. Igualdade de género	O Município implementou a paridade de género?
	São Implementados planos para a igualdade, incluindo particular atenção a medidas de proteção social, à eliminação de práticas discriminatórias e ao apoio às necessidades de grupos específicos (por exemplo, mulheres rurais)?
	São implementadas medidas de reforço da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar? E para a promoção dos direitos humanos?
6. Água potável e saneamento	Existem medidas de poupança de água nos municípios? (reutilização de água das chuvas e aproveitamento de águas residuais, uso na limpeza e no espaço público, uso nas escolas e edifícios municipais, etc.);

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Governo Local Português: o contexto específico dos Municípios de Soure e Covilhã

ODS	QUESTÕES
	<p>E medidas de gestão para minimização de perdas e desperdício nas várias finalidades? (por exemplo, consumo humano, rega, apoio à produção, entre outros).</p> <p>Houve requalificação dos espaços públicos num contexto de adaptação climática (tipo de materiais utilizados, reservatórios, plantação de árvores, etc.)? E Planos de emergência para cheias e inundações?</p> <p>Existe apoio social (tarifário social)?</p>
7. Energias renováveis	<p>Existem medidas para a mobilidade sustentável? (fornecer locais de carregamento para veículos elétricos, bicicletas no espaço público, apoio a transportes públicos, etc.)</p> <p>Existem apoios para o isolamento de casas e edifícios? E apoio para grupos específicos em situação de pobreza energética?</p> <p>O Município dá o exemplo em termos de eficiência energética do seu próprio Edifício e na iluminação pública? Existe algum plano municipal no sentido de redução de consumo e aproveitamento de recursos energéticos?</p>
8. Trabalho digno e crescimento económico	<p>Existem incentivos ao empreendedorismo local, incluindo medidas de apoio específicas para micro e pequenas empresas e para jovens?... para desempregados?</p> <p>Existem medidas de apoio à qualificação/formação das pessoas? E parcerias com instituições do ensino superior e empresas, para a inovação e empreendedorismo?</p> <p>Existem incentivos para atratividade das localidades, por exemplo turismo sustentável?</p>
9. Indústria, inovação e infraestruturas	<p>Existem medidas para um sistema logístico sustentável e eficiente? (tipos de transporte, infraestruturas, parcerias público-privadas, colaboração entre entidades, etc.)</p> <p>Existem programas de apoio à inovação? e/ou Incentivos para empresas e negócios sustentáveis?</p> <p>Existem critérios de sustentabilidade nas compras públicas?</p>
10. Reduzir as desigualdades	<p>De que forma são eliminadas as discriminações no fornecimento de serviços públicos (por exemplo, acessibilidades)?</p> <p>Quais as políticas municipais que promovem a redução das desigualdades nomeadamente quanto às medidas de apoio e proteção social a grupos mais vulneráveis?</p> <p>Existem planos de acolhimento e integração de migrantes?</p> <p>Quais as medidas de promoção da igualdade de oportunidades em todas as políticas municipais dos vários setores?</p>
11. Cidades e comunidades sustentáveis	<p>Quais as medidas para garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, e melhorar as condições nos bairros sociais?</p> <p>Quais as medidas para o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos?</p>

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Governo Local Português: o contexto específico dos Municípios de Soure e Covilhã

ODS	QUESTÕES
	Quais as medidas para promover o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência?
	De que forma protegem e salvaguardam o património cultural e natural?
12. Produção e consumo sustentáveis	Quais as políticas de promoção de economia circular?
	Quais os projetos e ações para dinamização da economia local, consumo de produtos locais (por exemplo, mercados locais) e valorização dos recursos naturais locais?
	Quais as medidas de promoção do turismo sustentável?
	Quais as políticas de compras públicas, concursos públicos e aquisições sustentáveis?
13. Ação climática	De que forma são integradas as alterações climáticas nas várias políticas e planeamento municipal?
	Quais as medidas de colaboração com empresas, instituições científicas e organizações ambientais para implementar os planos climáticos a nível local (por exemplo, as Estratégias e Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas).
	Quais as medidas de sensibilização dos cidadãos, informação, formação e capacitação institucional sobre mitigação e adaptação no âmbito da ação climática?
	Participam em redes internacionais, como o Pacto de Autarcas para o Clima e Energia?
14. Proteger a vida marinha	Quais as medidas de proteção da biodiversidade marinha, incluindo a criação e gestão de áreas marinha protegidas?
	Verifica-se a implementação de planos de ordenamento da orla costeira sustentáveis?
	Quais as ações de limpeza das praias e zonas costeiras, incentivo ao voluntariado e apoio a organizações da sociedade civil nesta área?
	Existe cooperação entre municípios costeiros para uma ação mais integrada e abrangente?
15. Proteger a vida terrestre	Quais as medidas de recuperação de zonas afetadas, de combate à desertificação e degradação dos solos, de combate à deflorestação (hortas comunitárias, medidas de prevenção de incêndios, projetos piloto de recuperação de solos, plantação de espécies autóctones, preservação de sementes, apoio a refúgios de animais, apoio a comunidades sustentáveis, etc.).
	Existe a criação e gestão integrada de parques naturais (por exemplo, Rede Natura) e criação de corredores ecológicos que funcionam como refúgios e conexão entre os habitats?
	Verifica-se a cooperação com agentes económicos e sociais para preservação e gestão sustentável do património e espaços naturais do município?
	Quais as ações de sensibilização dos cidadãos, incentivo ao voluntariado e apoio a organizações da sociedade civil nesta área?

ODS	QUESTÕES
16. Paz, Justiça e Instituições eficazes	Quais as medidas de reforço da transparência, prestação de contas e responsabilização que foram adotadas?
	Verifica-se o ajustamento dos serviços municipais às necessidades locais (por exemplo, promoção um atendimento municipal mais eficaz e eficiente)?
	Quais os apoios ao movimento associativo e às organizações da sociedade civil?
	Quais as medidas de proteção da violência contra as mulheres e as crianças, em colaboração com entidades locais?
17. Parcerias para a implementação dos objetivos	As opções financeiras (incluindo na mobilização de recursos locais) visam favorecer o desenvolvimento sustentável?
	Como identificam e resolvem eventuais incoerências entre medidas/políticas?
	Quais os recursos utilizados na recolha de dados e monitorização de políticas?
	Existem parcerias e/ou cooperação descentralizada com municípios dos países em desenvolvimento (geminções, projetos de cooperação, ajuda ao desenvolvimento, etc.)?

Fonte: Elaboração Própria (2024).

Refere-se que a ODS 14 – Proteger a vida marinha não foi incluída uma vez que tanto o Município de Soure como o Município da Covilhã não possuem costa marítima, logo não possuem vida marinha.

Para além das entrevistas, foram recolhidas evidências documentais (e.g. Programa Autárquico 2021-2025, comunicados à imprensa e divulgações nos meios de comunicação dos municípios de Soure e da Covilhã) que permitiram completar os dados obtidos nas entrevistas, nomeadamente no que diz respeito às ações implementadas pela Câmara Municipal de Soure e pela Câmara Municipal da Covilhã quanto à integração das ODS na agenda dos municípios em termos de planeamento, investimento e decisão política.

3. Discussão dos Resultados

Na Tabela 2, que se apresenta de seguida, procedemos à evidência das principais ações e medidas adotadas pelos municípios da Covilhã e de Soure no âmbito da adoção dos ODS ao nível dos seus territórios.

Tabela 2 - Comparação entre as medidas implementadas pelo município da Covilhã e o município de Soure no âmbito dos ODS

EIXO 1 – Economia	Covilhã	Soure
1.1. ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico	<ul style="list-style-type: none"> • “<i>Protocolos de colaboração com a Universidade da Beira Interior para capacitação e formação de recursos humanos municipais; Parkurbis, CIEC</i>” (Entrevistado 1). • “<i>Disponibilização de lotes de terrenos industriais, a preços simbólicos, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento municipal</i>” (Entrevistado 1) 	<ul style="list-style-type: none"> • “<i>Temos protocolos com o Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), no âmbito do @GIR, que tem como objetivo abrir portas à transferência de conhecimento, ao desenvolvimento de projetos de inovação, à dinamização de ações de integração dos alunos do Politécnico de Coimbra e de desempregados no mercado de trabalho e à qualificação das empresas e instituições da região.</i>” • “<i>Temos ainda o Gabinete de Apoio ao empreendedor dos serviços da Câmara, que encaminha todos os processos.</i>”
1.2. ODS 9 - Indústria, inovação e infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> • “<i>Não existem medidas, nem apoio à inovação estamos a dar os primeiros passos nesta matéria</i>” (Entrevistado 1) 	<ul style="list-style-type: none"> • “<i>De iniciativa municipal não existe nenhuma medida, mas existem várias empresas no Concelho de Soure que são beneficiárias de medidas de apoio públicas, por exemplo, na área da logística nos últimos anos tivemos um salto muito importante com a Plataforma de Alfarelos/Granja.</i>”
1.3. ODS 10 - Reduzir as desigualdades	<ul style="list-style-type: none"> • “<i>Foi criada uma estrutura de acolhimento a cidadãos refugiados provindos da Ucrânia</i>” (entrevistado 5) • “<i>Criação de Rampas de acesso, elevadores</i>” (entrevistado 6) 	<ul style="list-style-type: none"> • “<i>Foram acolhidos alguns cidadãos refugiados provindos da Ucrânia</i>” • “<i>Fomos pioneiros, no incentivo à natalidade, com o Programa Cegonhas em que fazemos um contrato com as famílias desde o nascimento até a idade</i>

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Governo Local Português: o contexto específico dos Municípios de Soure e Covilhã

		<p><i>adulta, existindo uma grelha de apoios”.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>“Existe um Gabinete de apoio ao Emigrante”</i>
1.4. ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“O Município apoia e colabora com várias instituições na promoção e dinamização de projetos de hortas comunitárias e hortas sociais.”</i> (entrevistado 3) 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Temos o denominado mercado das cadeias curtas, que é o mercado SICÓ, é um mercado onde se vende produtos locais (...), é onde qualquer produtor, pode, de facto, aceder a um ponto de venda.”</i> • <i>“As aquisições sustentáveis realizam-se através de uma Central de Compras da CIM”</i>
EIXO 2 – Sociedade	Covilhã	Soure
2.1. ODS 1 - Erradicar a pobreza	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“O parque habitacional do Município possui atualmente 770 frações destinadas a habitação: 645 em regime de renda apoiada; 94 em regime de renda livre.”</i> (entrevistado 2) • <i>“O Cartão Municipal do Idoso para Cartão Social Municipal criado em 2005 que visava exclusivamente o apoio aos idosos, o seu âmbito de atuação foi alargado para o apoio para as pessoas em situação de desemprego e famílias numerosas, com rendimentos mensais iguais ou inferiores ao valor do IAS (Indexante dos Apoios Sociais), ou que não possuam quaisquer rendimentos e para os portadores de deficiência.”</i> (entrevistado 2) • <i>“Apoio às IPSS do Concelho da Covilhã”</i> (entrevistado 2) 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“A estratégia local de habitação tem uma meta que pode chegar até aos 100 fogos, que combina os diferentes instrumentos que estão ao dispor da oferta pública desde o chamado primeiro direito até à construção de fogos para disponibilizar com renda acessível”</i> • <i>“O Município tem uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia para serviços como terapêuticas ocupacionais às populações seniores”</i> • <i>“Município pertence a um consórcio europeu -Projeto ROSIA- que em Portugal é liderado pelo CHUC e pelo IPN, para desenvolver soluções de medicina remota reabilitativa”</i>

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Governo Local Português: o contexto específico dos Municípios de Soure e Covilhã

	<ul style="list-style-type: none"> • “Programas Municipais de Envelhecimento Ativo, nomeadamente a existência de Centro de Atividades e atividades desportivas” (entrevistado 2) 	
2.2.ODS 2 - Erradicar a fome	<ul style="list-style-type: none"> • “Existe um mercado municipal e diversos mercados locais, em diversas freguesias, onde os produtores locais podem escoar os seus produtos” (entrevistado 2) • “Promoção e dinamização de projetos de hortas comunitárias e hortas sociais.” (entrevistado 2) • “Protocolo de Apoio Conferências Vicentinas e POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas. São ainda prestados apoios alimentares pela Cruz Vermelha e ReFood, ainda pelo Banco Alimentar contra a fome e Cantinas Sociais” (entrevistado 1) 	<ul style="list-style-type: none"> • “Em setembro de 2022 inauguramos o nosso chamado mercado das cadeias curtas, que é o mercado SICÓ, é um mercado complementar” • “Soure tem um programa permanente de fornecimento, cabazes alimentares. É um processo que é instruído pelo Gabinete de Ação Social, vem a Reunião de Câmara, é aprovado, e depois distribuído”. • “Existem famílias sinalizadas, os novos pedidos, devidamente estruturados pela rede, vêm à reunião de Câmara e são avaliados”
2.3.ODS 3 - Saúde de Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • “Dinamização de campanhas diversas, sinalização e dias temáticos e parcerias instituídas com o ACES Cova da Beira e CHUCB – Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira e Universidade da Beira Interior...” (entrevistado 1) • “Promoção de programas de desporto municipal, em diversas modalidades, diversas atividades, para diversos públicos e faixas etárias.” (entrevistado 2) 	<ul style="list-style-type: none"> • “Isto é literalmente um setor em ebulição, com as transferências de competências agora para os municípios na área de saúde, ... o jogo mudou.” • “De forma esporádica apoiamos algumas atividades, na comunidade escolar, relacionadas com a saúde, por exemplo semana dos diabetes e a semana do coração.”

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Governo Local Português: o contexto específico dos Municípios de Soure e Covilhã

<p>2.4.ODS 4 - Educação de Qualidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Requalificar as infraestruturas e o acesso e a permanência nos edifícios escolares no 1º ciclo do ensino básico e na educação pré-escolar no 2º, 3º ciclo e secundário...”</i> (entrevistado 2) • <i>“Potenciar as condições de acessibilidade, higiene e salubridade nos edifícios escolares, bem como dotar os estabelecimentos de ensino com opções que visem a melhoria do desempenho energético e das condições de conforto térmico e iluminação dos edifícios escolares existentes. Tentamos promover nas requalificações a sustentabilidade da arquitetura escolar, concretizada através de edifícios ecológicos...”</i> (entrevistado 2) • <i>“A extensão do horário de permanência na escola para os alunos do pré-escolar e 1º ciclo permite um apoio aos Encarregados de Educação, para uma melhor conciliação entre a vida familiar e o trabalho”</i> (entrevistado 2) • <i>“Apoio no âmbito do Transporte Escolar” em que se dá apoio a 100% aos alunos até ao ensino universitário.”</i> (entrevistado 5) 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Todos os anos o orçamento para a educação no município, é muito generoso do ponto de vista relativo, pesa bastante no orçamento municipal.”</i> • <i>“Inauguramos recentemente um Jardim de infância, precisamente junto à EB 23”</i> • <i>“Temos obras mapeadas para fazer na E B 2 3 de Soure a propósito de eficiência energética”</i> • <i>“Na escola Martinho árias, existem cursos profissionais e a sinalização do perfil dos cursos é feito com base no diagnóstico das necessidades que vai havendo, por isso, por exemplo, nas questões ligadas à hotelaria, e à informática tem havido sistematicamente turmas abertas.”</i> • <i>“Ao nível do incentivo da qualificação de adultos ainda não existiram ações em concreto, contudo, o Município já integra um grupo de trabalho denominado» Educação ao Longo da Vida»”</i>
<p>2.5.ODS 5 - Igualdade de género</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Candidatura ‘Tece o Futuro em Igualdade’, que visa implementar o Plano Municipal para a Igualdade no Município” (...)</i> <i>“com um objetivo de paridade nos lugares dirigentes das</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“O município tem um plano para a igualdade de género e que iniciou agora a implementação, mas precisa de quantificar e de rever os seus indicadores. Com esta transferência de</i>

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Governo Local Português: o contexto específico dos Municípios de Soure e Covilhã

	<p><i>carreias de Recursos Humanos do Município”</i> (entrevistado 5)</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>“Parceria em projetos como: Projeto Violência 0, Rasgar Silêncios, Grupos Veleda, no empoderamento de mulheres sozinhas e monoparentais”</i> (entrevistado 2) 	<p><i>funcionários, que tivemos agora da educação, mesmo que tivéssemos algum défice, em termos absolutos do sexo feminino, deixou de existir.”</i></p>
<p>2.6.ODS 7 - Energias renováveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“(…) promoção de um Sistema de Mobilidade Urbana Multimodal, que inclui uma rede de mobilidade suave (bicicletas e trotinetas elétricas) existe uma rede de ciclovias urbanas”</i> (Entrevistado 3) • <i>“Existe em execução uma rede de carregadores elétricos rápidos e ultrarrápidos, no âmbito de uma concessão municipal.”</i> (Entrevistado 3) • <i>“Existe plano de substituição de iluminação pública por tecnologia LED.”</i> (Entrevistado 3). • <i>“Existem um projeto piloto da empresa Municipal ICOVI juntamente com a UBI para avaliação do potencial de utilização das condições orográficas do concelho para aproveitamento da energia potencial da água para produção de energia elétrica.”</i> (Entrevistado 6) 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“De acordo com o Plano de Ação da Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) reforçou-se os pontos de carregamento. Vai haver uma rede de bicicletas partilhadas também. Foram criados mais 2 novos pontos de abastecimento no Concelho.”</i> • <i>“Nós temos melhorado bastante a rede IP, substituindo as luminárias para LED, contudo, o grande objetivo é transformar a iluminação pública para sistemas verdadeiramente inteligentes, só o passar para LED não resolve o problema entre nós, o ideal é acender quando há necessidade”</i>
<p>2.7.ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Habitação Social Municipal, respetiva manutenção e dinamização numa gestão participada dos bairros, envolvendo a comunidade na conservação e gestão do patrocínio.”</i> (entrevistado 2), 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Soure ainda tem algum défice nesta área, contudo, já fizemos alguns fogos: um bloco com 4 frações, e mais um bloco com 4 apartamentos que já foram atribuídos ao longo deste ano.”</i>

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Governo Local Português: o contexto específico dos Municípios de Soure e Covilhã

	<ul style="list-style-type: none"> • “<i>Habitação Municipal a preços controlados (Renda acessível)</i>” (entrevistado 2), • “<i>Cartão Social Municipal Covilhã + Social</i>” (entrevistado 1), • “<i>Passe gratuito para jovens estudantes de todos os graus de ensino (incluindo superior)</i>” (entrevistado 2). 	<ul style="list-style-type: none"> • “<i>Existe transporte gratuito para os estudantes do concelho</i>”
2.8.ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes	<ul style="list-style-type: none"> • “<i>Adotamos o Plano Anticorrupção, o Código de Conduta de Eleitos e Recursos Humanos Municipais, nesta data o canal de Denúncia encontra-se em fase de implementação e temos um Encarregado de Proteção de Dados</i>” (entrevistado 7) • “<i>Balcão Único; Balcão da Inclusão, Balcão do Imigrante, os Serviços On-line nomeadamente o Balcão Único Digital, GeoPortal; Portal da Educação; Projetos de atendimento local nas freguesias sobre temas concretos como por exemplo cadastramento no BUPP</i>” (entrevistado 7) 	<ul style="list-style-type: none"> • “<i>Relativamente à transparência consideramos que evoluímos muito, divulgamos um conjunto enorme de indicadores, e publicamos tudo o que conseguimos publicar relativamente à nossa dívida, prazo de pagamentos, relacionamento com fornecedores. O relatório atual tem mais de 600 páginas e qualquer pessoa, pode facilmente aceder.</i>”
EIXO 3 – Ambiente	Covilhã	Soure
3.1. ODS 6 - Água potável e saneamento	<ul style="list-style-type: none"> • “<i>A rega de espaços verdes, maioritariamente, é efetuada com água não controlada, proveniente de captações subterrâneas, permitindo assim uma poupança de água tratada...</i>” (Entrevistado 3) • “<i>Desde 2014 foram realizadas várias campanhas ativas de deteção e reparação de roturas/fugas, substituição de ramais</i>” (Entrevistado 6) 	<ul style="list-style-type: none"> • “<i>O sistema de águas e saneamento, é gerido por uma empresa intermunicipal que é a ABMG, Águas do Baixo Mondego e Gândaras e estamos literalmente a operar em todas as frentes: aumentar a rede de saneamento, do ponto de vista da água a fazer a chamada ZMC, que são as zonas de medição controlada para melhorar</i>”

	<ul style="list-style-type: none"> • “Entre 2020 e 2022 foi implementado o Programa de Controlo e Redução de Perdas no Sistema de Distribuição de Água do Concelho da Covilhã” (Entrevistado 3), • “Foi também implementado em julho de 2017, o plano de mitigação da seca, assenta na definição de medidas preventivas de proteção, como instrumento de política pública de acesso à água” (Entrevistado 6), • “Num contexto de adaptação climática foi criado um projeto piloto: Pocket Forest, pioneiro no distrito. As Pocket Forest, foram feitas de modo a atenuara os efeitos ambientais da vida urbana, por exemplo reduzir a poluição atmosférica através da descarbonização.” (Entrevistado 6), • “A Águas da Covilhã pratica preços sociais, através da atribuição de descontos sociais, aos utentes beneficiários do cartão “Covilhã Mais Social” (Entrevistado 3). 	<p><i>em muito as nossas percas de água, que são muito significativas. Em Soure toda a rega do espaço Público que temos captamos diretamente no Rio Arunca, ou reaproveitamos.”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • “Devido às alterações climáticas decidimos fechar as fontes decorativas, não creio que tornaremos a ver esse cenário faz parte de um mundo que já não existe”. • “Relativamente a cheias e inundações temos planos de emergência, medidas e projetos para mitigar futuras situações. Temos candidaturas a fundos, por exemplo, para fazer um novo dique aqui em Soure, e outras obras” • “Existe tarifário Social, aplicado pela ABMG e suportado pela CIM (Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra)”
<p>3.2. ODS 13 - Ação climática</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Política de colaboração com a UBI, Centro de Investigação e outras entidades privadas empresariais para promoção da economia circular, da regeneração ambiental e na recuperação do passivo ambiental (Mina da Panasqueira).” (Entrevistado 6) • “Plano Municipal de e para a Juventude uma das áreas 	<ul style="list-style-type: none"> • “Temos feitas várias campanhas públicas, mas mais direcionadas para os resíduos, o que está também relacionado e muito com as alterações climáticas”

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Governo Local Português: o contexto específico dos Municípios de Soure e Covilhã

	<i>consignadas é a dinamização de ações de sensibilização, formação e capacitação local para mitigar ou lidar com as alterações climáticas” (Entrevistado 3).</i>	
3.3. ODS 15 - Proteger a vida terrestre	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Programas de gestão florestal, de plantação e reflorestação, de limpezas das faixas de gestão de combustível, nomeadamente ao nível das redes primárias e secundárias” (Entrevistado 3).</i> • <i>“Promoção de programas de sensibilização e prevenção de incêndios. Apoio às juntas de freguesias na capacitação de equipamentos e materiais para intervenção rápida de fogos.” (Entrevistado 3)</i> • <i>“Projetos de consolidação de solos com plantação de sementes e técnicas de retenção. (Entrevistado 3)</i> • <i>“Colaboração e apoio com projetos de comunidades sustentáveis no território (Ananda Valley)” (Entrevistado 3)</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Temos uma área significativa da rede Natura, a Serra de Sicó, que tem um regime bastante restritivo, a gestão não é do município, mas é um regime preservacionista.”</i> • <i>“Promoção de programas de sensibilização e prevenção de incêndios. Apoio às juntas de freguesias na capacitação de equipamentos e materiais para intervenção rápida de fogos.”</i> • <i>“Divulgação do projeto Recicla Soure cujos objetivos vão desde a diminuição da deposição de lixo indiferenciado até à questão dos bioresíduos, e da recolha seletiva do porta-a-porta. Temos projetos em todas essas áreas.”</i>
EIXO 4 – Parcerias	Covilhã	Soure
4.1.ODS 17 - Parcerias para implementação de objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Protocolo de Apoio Conferências Vicentinas e POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas. São ainda prestados apoios alimentares pela Cruz Vermelha e ReFood, ainda pelo Banco Alimentar contra a fome e Cantinas Sociais...” (entrevistado 2),</i> • <i>“Protocolos de colaboração com a UBI para capacitação e formação de</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Parceria na ABMG, relativamente às questões da água”</i> • <i>“Integração na CIM”</i> • <i>“Parceria com o IPC”</i> • <i>“Rede territorial Portuguesa das Cidades Educadoras”</i> • <i>“Associação Internacional das Cidades Educadoras”</i>

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Governo Local Português: o contexto específico dos Municípios de Soure e Covilhã

	<i>RH municipais; Parkurbis, CIEC” (entrevistado 7)</i>	
--	---	--

Fonte: Elaboração Própria (2024).

Conforme se pode observar com base na Tabela 2, os ODS estão a ser integrados nas estratégias de sustentabilidade destas autarquias locais, corroborando a opinião de Cohen et al. (2023).

Existe uma tensão entre a indivisibilidade dos ODS, por um lado, e a necessidade de dar espaço às prioridades nacionais e locais, por outro (Reinar & Lundberg, 2023). Esta evidência, como o anteriormente referido por Forestier & Kim (2020) e Gneiting & Mhlanga (2021), decorrente de uma abordagem seletiva, verificando-se uma diferenciação dos ODS a implementar, onde apenas são selecionados os objetivos que apoiam as prioridades existentes, reduzindo assim o potencial da Agenda 2030 para alavancar a mudança. Os municípios da Covilhã e de Soure são um exemplo disso.

Importa, contudo, referir que as autarquias locais foram aconselhadas a realizar “escolhas e priorizar os objetivos e metas que melhor respondem aos seus contextos e necessidades específicos” (Global Taskforce of Local and Regional Governments, 2016, p. 25).

Neste sentido, a propensão e a capacidade de implementar os ODS é fortemente influenciada pelas orientações gestionárias e pelos agentes locais que definem as ações prioritárias.

Tendo por base os contributos recolhidos verifica-se que o ODS 1 - Erradicar a pobreza, o ODS 4 - Educação de Qualidade e o ODS 6 - Água potável e saneamento são aqueles que apresentam maior grau de implementação nos dois municípios.

Esta conclusão vem ao encontro do identificado por Boguszewski et al. (2023), na Polónia, em que os governos locais parecem tratar a dimensão social do desenvolvimento sustentável com importância semelhante, independentemente do seu nível e características individuais.

Encontram-se numa fase mediana a implementação do ODS 3 - Saúde de Qualidade, do ODS 5 - Igualdade de género, do ODS 7 - Energias renováveis, do ODS 10 - Reduzir as desigualdades, do ODS 13 - Ação climática, do ODS 15 – Proteger a vida terrestre, do ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes e do ODS 17 - Parcerias para implementação de objetivos. Apesar dos esforços evidenciados ainda existe um longo caminho a

percorrer, por estas duas autarquias locais, de forma a alcançar estes objetivos definidos pela Agenda 2030.

Já no que se refere ao ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico, ao ODS 9 - Indústria, inovação e infraestruturas e ao ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis verifica-se que se encontram numa fase embrionária devendo os mesmos serem alvos de uma importante análise e aceleração da sua implementação.

Em contradição com os resultados obtidos, Stoddart et al. (2023), num estudo desenvolvido em outras latitudes – governos locais no Canadá – refere que os objetivos de desenvolvimento sustentável alinhados com a sustentabilidade económica são enfatizados e vistos como particularmente importantes. Para tal, nestes territórios com economias mais desenvolvidas, os ODS de orientação económica são vistos como compatíveis com uma vasta gama de ODS.

Os resultados recolhidos nos municípios da Covilhã e de Soure não estão em consonância com os obtidos por Rieiro-García et al. (2023), relativamente aos governos locais na vizinha Espanha, que variam significativamente entre municípios e regiões, bem como entre ODS, o que pode ser atribuído à influência de vários fatores sociodemográficos, como o número de habitantes, a população dependente e a densidade populacional. O ODS8 e o ODS11 destacam-se como as principais prioridades dos municípios espanhóis, enquanto as iniciativas relacionadas ao ODS5, ODS6 e ODS 17 são as menos priorizadas. Apesar de Portugal e Espanha serem dois territórios contíguos, verifica-se que a priorização dos ODS pelos seus governos locais diferem entre si.

Conforme o identificado por Nicolò et al. (2023) para os municípios de Espanha e Itália, as nossas conclusões sugerem a necessidade da administração central potenciar incentivos financeiros apropriados e quadros legais para apoiar os municípios na incorporação dos ODS na sua prestação de serviços públicos. Esta questão assume maior relevância numa fase em que se verifica nos municípios portugueses um aumento de competências, com base na reforma da descentralização administrativa, pelo que deverá existir um incremento da solidariedade entre a administração central e local.

Emerge uma evidência, como o defendido por Boguszewski et al. (2023), uma vez que os governos locais são responsáveis pela prestação de muitos serviços públicos essenciais, como saneamento, habitação, acesso à água, transportes públicos e proteção do ambiente local, a sua importância para os ODS é inegável.

No entanto, conforme o já referido por Nicolò et al. (2023), relativamente às autarquias locais espanholas e italianas, sugerimos que os decisores políticos portugueses precisam de promover a divulgação voluntária dos ODS em relatórios de forma que se verifique um acompanhamento mais efetivo da evolução da implementação dos ODS pelas autarquias portuguesas.

Conclusões

Atendendo ao desenvolvimento sustentável enquanto característica fundamental das estratégias de desenvolvimento nacionais e internacionais, salienta-se para o efeito, a importância da responsabilidade partilhada pelos vários atores a nível nacional, regional e local neste domínio, uma vez que se trata de um nível do governo de proximidade junto das comunidades que representam, sendo responsáveis pelo seu desenvolvimento social e económico.

Entretanto, vem reforçar esta responsabilidade partilhada, as Nações Unidas em setembro de 2015 quando adotam um plano de ação global, que vem determinar que todos os atores da sociedade têm efetivamente de se mobilizar para a implementação e cumprimento dos ODS nos seus 17 objetivos e 169 metas (Stafford-Smith et al., 2017; Ferreira, 2020; Medeiros et al., 2022).

Analisados os casos do município da Covilhã e o município de Soure e em virtude deste estudo ter como objetivo divulgar a importância do desenvolvimento local sustentável na criação de condições favoráveis à comunidade em geral, conclui-se que em ambos se reflete que a implementação dos ODS está fortemente associada às orientações gestionárias estabelecidas pelos agentes locais, que determinam as ações prioritárias a desenvolver, o que deverá ser dada especial atenção, uma vez que poderá por em causa a implementação e cumprimento dos ODS e como efeito o insucesso do pré-estabelecido Agenda 2030 (Stafford-Smith et al., 2017).

Do nosso estudo resulta que, nos municípios da Covilhã e de Soure os ODS 1 - Erradicar a pobreza, o ODS 4 - Educação de Qualidade e o ODS 6 - Água potável e saneamento são aqueles que apresentam maior grau de maturidade no que diz respeito à sua implementação, seguidos dos ODS 3 - Saúde de Qualidade, do ODS 5 - Igualdade de género, do ODS 7 - Energias renováveis, do ODS 10 - Reduzir as desigualdades, do ODS 13 - Ação climática, do ODS 15 – Proteger a vida terrestre, do ODS 16 - Paz, Justiça e

Instituições eficazes e do ODS 17 - Parcerias para implementação de objetivos, que se encontram em fase desenvolvimento cujas metas ainda não foram alcançadas.

Não obstante, as ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico, ODS 9 - Indústria, inovação e infraestruturas e ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis, se encontrarem numa fase prematura e apresentarem atrasos significativos na sua implementação, pelo que deverão ser integrados nas estratégias de sustentabilidade dos municípios de Soure e da Covilhã, priorizando objetivos, metas e ações que melhor respondam aos seus contextos e necessidades específicos (Global Taskforce of Local and Regional Governments, 2016).

Importa, contudo, referir que além das autarquias locais alavancarem as diferentes áreas da sustentabilidade dos seus municípios, os recursos das autarquias locais são escassos e cumprimento dos ODS terá como resultado o aumento da despesa pública e serão necessários adotar mecanismos para corrigir eventuais desequilíbrios que possam vir a surgir. (Kavvada et al., 2020; Ríos et al., 2022)

Por fim, não deixa de ser visível o esforço desenvolvido pelos municípios da Covilhã e de Soure no compromisso de atingir os ODS, mas é patente a necessidade de criação de uma equipa interdisciplinar que permita instituir metas e monitorizar o cumprimento das mesmas.

Assim, este estudo pretende contribuir para a discussão sobre em que medida a adoção de práticas de sustentabilidade nas autarquias locais, pode ser alcançada através da mobilização para a implementação e cumprimento dos ODS.

Porém, a indisponibilidade de dados relativos às metas que abrangem as esferas económica, social e ambiental, de avaliação e monitorização do desenvolvimento sustentável desde 2015, ano em que o plano de ação global foi adotado pelas Nações Unidas, apresenta-se como a principal limitação deste estudo. Pese embora uma outra limitação se destaque, nomeadamente as generalizações que não podem ser feitas, com uma estimável confiança, para todos os municípios do país.

Deste modo, e tendo em conta a informação obtida no presente estudo, estão reunidas as condições de replicar noutro contexto empírico. Assim, pesquisas futuras devem realizar um estudo exploratório devendo conter elementos explicativos para obter informações sobre a relação entre municípios e regiões, bem como entre ODS, o que pode ser atribuído à influência de vários fatores sociodemográficos, como o número de habitantes, a população dependente e a densidade populacional.

Referências Bibliográficas

- Andrades, J., Muriel de los Reyes, M. J., & Jorge, M. L. (2023). How far can mandatory requirements drive increased levels of disclosure? *Public Money and Management*, 43(8), 793–801. <https://doi.org/10.1080/09540962.2022.2045124>
- Annan-Aggrey, E., Arku, G., Atuoye, K., & Kyeremeh, E. (2022). Mobilizing ‘communities of practice’ for local development and acceleration of the Sustainable Development Goals. *Local Economy*, 37(3), 219-229.
- Avelar, D., Ferreira, F., Garrett, P., Guerra, J., Guerreiro, A., Lopes, A., Martins C., Madeira, P. M., Santos, F. D., Santos, M., Travassos, D., Vieira, P., Vasconcelos L., Schmidt, L., & Ferrão, J. (2023). *Contributos práticos para os ODS em Portugal. Uma análise das Boas Práticas municipais e dos Projetos locais mapeados no portal da Plataforma ODSlocal*. Disponível em <https://lnkd.in/duH24pzk>, consultado a 12 de julho de 2023.
- Bisogno, M., Cuadrado-Ballesteros, B., Rossi, F. M., & Peña-Miguel, N. (2023). Sustainable development goals in public administrations: Enabling conditions in local governments. *International Review of Administrative Sciences*, 89(4), 1223–1242. <https://doi.org/10.1177/00208523221146458>
- Boguszewski, R., Piłat, A., & Węgrzyn, P. (2023). Global lessons from local actions: A typology of polish local government approaches to sustainable development. *Sustainable Development*, 1–14. <https://doi.org/10.1002/sd.2698>
- Cohen, S., Manes-Rossi, F., & Brusca, I. (2023). Are SDGs being translated into accounting terms? Evidence from European cities. *Public Money & Management*, 43(7), 669–678. <https://doi.org/10.1080/09540962.2023.2243543>
- Contrafatto, M. (2014). The institutionalization of social and environmental reporting: An Italian narrative. *Accounting, Organizations and Society*, 39(6), 414–432. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2014.01.002>
- Fenton, P., & Gustafsson, S. (2017). Moving from high-level words to local action – governance for urban sustainability in municipalities. *Current opinion in environmental sustainability*, 26/27, 129-133.
- Ferreira, P. M. (2020). Rumo a 2030: os municípios e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flor.

- Forestier, O., & Kim, R. E. (2020). Cherry-picking the Sustainable Development Goals: Goal prioritization by national governments and implications for global governance. *Sustainable Development*, 28(5), 1269–1278. <https://doi.org/10.1002/sd.2082>
- Gasparatos, A., Takeuchi, K., Elmqvist, T., Fukushi, K., Nagao, M., Swanepoel, F., Swilling, M., Trotter, D., & von Blottnitz, H. (2017). Sustainability science for meeting Africa’s challenges: setting the stage. *Sustainability Science*, 12(5), 635–640. <https://doi.org/10.1007/s11625-017-0485-6>
- Global Taskforce of Local and Regional Governments. (2016). *Roadmap for localizing the SDG’s: implementation and monitoring at subnational level background*. https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/commitments/818_11195_commitment_ROADMAP%20LOCALIZING%20SDGS.pdf
- Gneiting, U., & Mhlanga, R. (2021). The partner myth: analysing the limitations of private sector contributions to the Sustainable Development Goals. *Development in Practice*, 31(7), 920–926. <https://doi.org/10.1080/09614524.2021.1938512>
- Guarini, E., Mori, E., & Zuffada, E. (2022). Localizing the Sustainable Development Goals: a managerial perspective. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 34(5), 583-601.
- Guerrero-Gómez, T., Navarro-Galera, A., & Ortiz-Rodríguez, D. (2021). Promoting Online Transparency to Help Achieve the Sustainable Development Goals: An Empirical Study of Local Governments in Latin America. *Sustainability*, 13(4), 1–18. <https://doi.org/10.3390/su13041837>
- Madeira, P. M., Guerra, J., Santos, M. D., & Ferrão, J. (2022). *Seleção e adaptação de metas para a escala local – um ponto de partida para a aplicação dos ODS das Nações Unidas ao nível municipal*. Comunicação apresentada no XVII Colóquio Ibérico de Geografia, realizado em Salamanca, entre 4 e 6 de julho de 2022. pp 183-190.
- Manes-Rossi, F., Nicolò, G., & Argento, D. (2020). Non-financial reporting formats in public sector organizations: a structured literature review. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 32(4), 639–669. <https://doi.org/10.1108 /JPBAFM-03-2020-0037>

- Medeiros, H., Santos, G. A. V., Guedes, B. N., Santiago, K., & Brito, K. (2023). Um processo de design para definir desafios públicos envolvendo os ODS. *Revista de Administração Pública*, 57(4). <https://doi.org/10.1590/0034-761220230008>
- Medeiros, E., Valente, B., Gonçalves, V., & Castro, P. (2022). How impactful are public policies on environmental sustainability? Debating the Portuguese case of PO SEUR 2014–2020. *Sustainability*, 14(13), 1-17.
- Mortimer, A., Ahmed, I., Johnson, T., Tang, L., & Alston, M. (2023). Localizing Sustainable Development Goal 13 on Climate Action to Build Local Resilience to Floods in the Hunter Valley: A Literature Review. *Sustainability*, 15(6), 5565. <https://doi.org/10.3390/su15065565>
- Nerland, R., Nilsen, H. R., & Andersen, B. (2023). Biosphere-based sustainability in local governments: Sustainable development goal interactions and indicators for policymaking. *Sustainable Development*, 31(1), 39-55. <https://doi.org/10.1002/sd.2371>
- Nicolò, G., Andrades-Peña, F. J., Ferullo, D., & Martinez-Martinez, D. (2023). Online sustainable development goals disclosure: A comparative study in Italian and Spanish local governments. *Business Ethics, the Environment and Responsibility*, 32(4), 1490–1505. <https://doi.org/10.1111/beer.12584>
- Reinar, M. B., & Lundberg, A. K. (2023). Goals à la carte: selective translation of the Sustainable Development Goals in strategic municipal planning in Norway. *Journal of Environmental Planning and Management*, 1-17. <https://doi.org/10.1080/09640568.2023.2191816>
- Reuter, T. A. (2023). SDG localization: finding the middle ground to top-down and bottom-up approaches with the help of digital networking. *Sustainability: Science, Practice and Policy*, 19(1), 1–8. <https://doi.org/10.1080/15487733.2023.2207372>
- Rieiro-García, M., Amor-Esteban, V., & Aibar-Guzmán, C. (2023). Localizing the sustainable development goals: A multivariate analysis of Spanish regions. *AIMS Environmental Science*, 10(3), 356–381. <https://doi.org/10.3934/environsci.2023021>
- Sánchez-Rivero, M. V., Bote Alonso, I., Domínguez Serrano, M. V., & Montalbán Pozas, B. (2023). SDG monitoring framework for rural settlements mapping interactions with the Spanish Urban Agenda. *Sustainable Cities and Society*, 93, 1-16. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2023.104514>

- Silva, A. C. P., Conde, F., & Viseu, C. (2022). O desenvolvimento sustentável e sustentabilidade municipal: o caso de Portugal. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 11(4), 429-458.
- Slack, L. (2014). The post-2015 Global Agenda – a role for local government. *Commonwealth Journal of Local Governance*, (15), 173–177.
- Song, J., & Jang, C. (2023). Unpacking the sustainable development goals (SDGs) interlinkages: A semantic network analysis of the SDGs targets. *Sustainable Development*, 31(4), 2784-2796. <https://doi.org/10.1002/sd.2547>
- Stafford-Smith, M., Griggs, D., Gaffney, O., Ullah, F., Reyers, B., Kanie, N., Stigson, B., Shrivastava, P., Leach, M., O'Connell, D. (2017). Integration: the key to implementing the Sustainable Development Goals. *Sustainability Science*, 12, 911-919.
- Stoddart, M., Yang, Y., & Atlin, C. (2023). Regionalizing the sustainable development goals: interpretations of priorities and key actors for creating sustainable island futures. *Ecology and Society*, 28(2), 1-16. <https://doi.org/10.5751/ES-13728-280204>
- United Nations. (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. <https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>

How to cite this article:

Costa, J., Silva, R., Conde, F., & Lira, M. (2024). A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Governo Local Português: o contexto específico dos Municípios de Soure e Covilhã. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*, 10 (19), 60 - 86. Disponível em <http://u3isjournal.isvouga.pt/index.php/PJFMA>. doi: <https://doi.org/10.54663/2183-3826.2024.v10.n19.60-86>